



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a necessidade de contratação de solução de engenharia destinada à execução das obras de urbanização e reabilitação da Praça do Farol, localizada no Distrito de Regência, no município de Linhares.

O referido espaço público desempenha importante função social, urbana e turística, constituindo-se como área destinada ao convívio comunitário, à realização de atividades culturais e recreativas, bem como à recepção de visitantes que frequentam a região. Entretanto, observa-se que a infraestrutura atualmente existente apresenta sinais de desgaste decorrentes do tempo de uso e da exposição às condições ambientais típicas de áreas litorâneas, resultando em limitações quanto à funcionalidade, segurança, acessibilidade e qualidade do ambiente urbano.

Nesse contexto, identificam-se problemas relacionados à deterioração do equipamento de modo geral com insuficiência ou inadequação de mobiliário urbano, necessidade de melhorias no paisagismo e na iluminação pública, bem como carências relacionadas à acessibilidade e à organização dos espaços destinados ao uso coletivo da população.

Tais condições comprometem o pleno aproveitamento do espaço pela comunidade e pelos visitantes, limitando o potencial de utilização da praça como equipamento público voltado à promoção do lazer, da integração social e do desenvolvimento das atividades turísticas e culturais da localidade.

Diante desse cenário, verifica-se a necessidade de promover intervenções de engenharia voltadas à requalificação urbanística da área, por meio da execução de serviços que possibilitem a recuperação, modernização e adequação da infraestrutura existente, garantindo melhores condições de uso, conforto, segurança e acessibilidade aos usuários.

Sob a perspectiva do interesse público, a reabilitação da Praça do Farol mostra-se necessária para assegurar a adequada manutenção e valorização do patrimônio público municipal, promover a melhoria da qualidade dos espaços urbanos e contribuir para o fortalecimento das atividades sociais, culturais e turísticas desenvolvidas no distrito de Regência.

Assim, a contratação de solução de engenharia para execução das obras de urbanização e reabilitação do referido espaço público apresenta-se como medida indispensável para a resolução dos problemas identificados, permitindo





a revitalização da área e a ampliação dos benefícios sociais proporcionados à coletividade.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo do Município de Linhares, estando prevista no Plano de Contratações Anual – PCA do exercício correspondente, instrumento de planejamento que consolida as demandas de aquisições e contratações da Administração Pública Municipal.

A inclusão da presente demanda no PCA decorre da necessidade de promover a execução das obras de urbanização e reabilitação da Praça do Farol, localizada no distrito de Regência, intervenção que se insere no conjunto de ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, à valorização dos espaços públicos e ao fortalecimento das atividades de lazer, convivência comunitária e turismo na localidade.

A previsão da contratação no Plano de Contratações Anual evidencia o alinhamento da iniciativa com as diretrizes de planejamento da Administração Municipal, possibilitando maior racionalidade na gestão dos recursos públicos, melhor organização das contratações governamentais e adequada programação orçamentária e financeira para a execução das ações planejadas.

Além disso, a demanda está alinhada estrategicamente ao planejamento orçamentário e programático da Administração Municipal, em especial às ações previstas nos seguintes projetos/atividades:

- **Projeto e Atividade: 2401.1339200052.056 – Obras de modernização/revitalização de espaços culturais;**
 - **Elemento de Despesa: Obras e instalações: 339039000000 – Outros serviços de terceiro-pessoa jurídica**
 - **Ficha: 0000038**
 - **Fonte: 1500000000001**

Nesse contexto, a presente contratação está em consonância com os instrumentos de planejamento da Administração Pública e com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de compatibilização das contratações públicas com o planejamento institucional, visando maior eficiência, transparência e governança na gestão das aquisições e contratações governamentais e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.





3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução a ser contratada deverá atender aos requisitos técnicos, legais e operacionais necessários à adequada execução das obras de urbanização e reabilitação da Praça do Farol, localizada no distrito de Regência, no município de Linhares, garantindo a qualidade dos serviços executados, a durabilidade das intervenções realizadas e a adequada utilização dos recursos públicos.

Nesse sentido, a contratação deverá contemplar empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, devidamente habilitada e com comprovada capacidade técnica e operacional para a realização de intervenções de natureza semelhante, observando-se as exigências de qualificação técnica previstas na legislação vigente e nos instrumentos convocatórios.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos de engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integrarão o processo licitatório, bem como em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, às boas práticas da engenharia e à legislação pertinente.

A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, com profissionais legalmente habilitados e registrados no respectivo conselho profissional competente, bem como garantir a utilização de materiais de qualidade adequada, equipamentos compatíveis com a natureza dos serviços e mão de obra capacitada para a execução das atividades previstas.

Deverão ser observados, ainda, requisitos relacionados à segurança do trabalho, à proteção do meio ambiente, à adequada gestão e destinação dos resíduos da construção civil, bem como ao cumprimento das normas de acessibilidade aplicáveis aos espaços públicos, de modo a assegurar que as intervenções promovam melhorias efetivas nas condições de uso do local.

A execução dos serviços deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro da obra, observando-se os padrões de qualidade definidos nos documentos técnicos da contratação, bem como os mecanismos de fiscalização e controle a serem exercidos pela Administração Pública.

Por fim, a contratação deverá observar as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas de obras e serviços de engenharia, garantindo transparência, eficiência e adequada execução do objeto contratado.

3.1. Requisitos Técnicos e de Engenharia





A execução da obra deverá observar:

- Conformidade com as normas técnicas da ABNT aplicáveis a obras civis, estruturas, instalações elétricas, acessibilidade e instalações pertinente;
- Atendimento às normas de segurança do trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis à construção civil;
- Utilização de materiais de qualidade comprovada, com desempenho e durabilidade compatíveis com a finalidade de uso público do equipamento;
- Responsabilidade técnica por profissional legalmente habilitado, com emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT).

3.2. Requisitos Funcionais

A solução deverá assegurar:

- Restauro e manutenção do farol consolidado;
- Manutenção no Campo de Areia;
- Delimitar ambientes com cercas e meio-fio;
- Recuperação do passeio e pisos existentes na área da praça, garantindo acessibilidade e funcionalidade as áreas de utilização pelo público;
- Sistema de iluminação eficiente e seguro para a praça e seu entorno, permitindo a realização de atividades inclusive no período noturno;
- Urbanização e paisagismo da área com plantio de grama, cercas, bancos, pergolados, entre outros elementos;
- Recuperação e manutenção das estruturas existentes, restabelecendo condições de segurança, estabilidade e funcionalidade;
- Entre outros serviços necessários para garantir o pleno funcionamento e utilização da área do presente objeto.

3.3. Requisitos de Segurança

A obra deverá ser executada de modo a:

- Garantir a segurança dos trabalhadores e usuários do entorno durante a execução;
- Atender às normas de prevenção de acidentes e inclusive combate a incêndio, quando aplicáveis;





- Eliminar ou mitigar riscos estruturais, elétricos e de acidentes nas áreas de uso público.

3.4. Requisitos de Acessibilidade

A solução deverá observar os princípios do desenho universal e atender às normas de acessibilidade vigentes, garantindo o acesso e uso do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nas áreas de circulação e espaços destinados ao público.

3.5. Requisitos Ambientais

A execução dos serviços deverá:

- Promover o uso racional de recursos naturais;
- Assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil;
- Minimizar impactos ambientais e transtornos à vizinhança durante a execução da obra.

3.6. Requisitos de Desempenho e Durabilidade

Os elementos construtivos e sistemas instalados deverão apresentar desempenho compatível com a vida útil esperada para obras públicas de uso coletivo, com resistência às condições climáticas locais e à intensidade de uso do equipamento.

3.7. Requisitos de Prazo e Execução

A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, garantindo organização do canteiro, planejamento executivo e sequência adequada dos serviços, de modo a reduzir interferências na utilização do espaço pela comunidade.

3.8. Requisitos de Manutenibilidade

As soluções adotadas deverão facilitar a manutenção futura, priorizando sistemas construtivos e materiais que permitam conservação simplificada e baixo custo operacional ao Município.

3.9. Requisitos Legais e Administrativos

A futura contratação deverá observar integralmente a Lei nº 14.133/2021, bem como demais legislações pertinentes, exigindo-se da contratada:





- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Capacidade técnico-operacional compatível com o objeto;
- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

Esses requisitos estabelecem os parâmetros mínimos que a solução a ser contratada deverá atender, orientando as próximas etapas de definição das alternativas, estimativa de custos e elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

Para atender à necessidade identificada para melhoria do equipamento público em tela, sob gestão da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada que possua condições técnicas, operacionais e logísticas para a execução das obras de urbanização e reabilitação da praça do Farol em Regência, antigo Farol do Rio Doce, localizado no município de Linhares/ES, de forma eficiente e segura.

3.10. Habilitação Jurídica

Conforme disciplina a Lei nº 14.133/2021, no Art. 66, a habilitação jurídica deverá ser requerida conforme preconizado, com intuito de demonstrar a capacidade de o participante possui em exercer direitos e assumir obrigações imputadas, onde deverá apresentar documentação limitada à comprovação de existência jurídica da pessoa, tais como:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; e/ou
- b) Ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; e/ou
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.11. Qualificação técnica e operacional

Conforme preconizado pela Lei nº 14133/2021, no art. 67, visa assegurar que a





contratada possui a competência necessária para executar o objeto do contrato, garantindo, assim, que ela tenha capacidade técnica, experiência e recursos para cumprir as exigências estabelecidas, primando pela proteção da administração pública com a preservação do erário, em relação aos prestadores de serviço que atendem às exigências de qualidade e capacidade.

Sendo assim, a empresa deverá apresentar comprovação de capacidade técnica por meio de atestados de execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto pretendido, apresentando ainda a disponibilidade de equipe multidisciplinar composta por profissionais qualificados em áreas de intervenção e outros elementos que compõe os serviços a serem contratados.

Ainda, deverá a empresa dispor de estrutura logística adequada para mobilização de pessoal, ferramentas, materiais e equipamentos, de forma a assegurar atendimento tempestivo às demandas do objeto.

3.12. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

Conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, no art. 68, a regularidade fiscal, social e trabalhista, onde esses documentos asseguram que a empresa se encontra em situação de conformidade legal, protegendo a Administração contra riscos de inadimplemento fiscal e trabalhista. Sendo assim, deverão ser aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei, com validade na data de apresentação da documentação e proposta;
- d) Certidão de regularidade junto à fazenda pública Federal (Quitação de tributos e contribuições Federais e Quanto à dívida ativa da União), sejam estas individualmente ou conjuntas, com a validade na data de realização desta licitação;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de apresentação da documentação e proposta.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho – TST, em atendimento a Lei





12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.

3.13. Qualificação Econômico-Financeira

Conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, no art. 69, a qualificação econômico-financeira deverá ser requerida conforme disciplinado, com intuito de demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do objeto do contrato, comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos. Ou seja, dessa forma garantindo que a empresa possui condições econômico-financeiras suficientes para manter a regularidade dos serviços durante toda a vigência contratual, evitando paralisações por insuficiência de recursos.

A qualificação decorrerá da apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando a boa situação financeira da empresa, bem como, a apresentação dos índices contábeis que evidenciem capacidade para honrar compromissos decorrentes da execução contratual.

3.14. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

Consoante aos padrões mínimos de qualidade e desempenho serão observadas as seguintes questões:

- O atendimento integral às normas técnicas aplicáveis (ABNT, NBRs específicas, normas de segurança, entre outras pertinentes);
- Utilização de materiais e insumos que atendam a critérios de qualidade e durabilidade, com garantia de procedência;
- Cumprimento de prazos de execução previamente estabelecidos, inclusive para chamados emergenciais;
- Garantia de segurança dos usuários e servidores durante a execução dos serviços.

3.15. Critérios e práticas de sustentabilidade

Em relação aos critérios e práticas de sustentabilidade, a empresa deverá verificar:

- Adoção de práticas que minimizem a geração de resíduos sólidos, com descarte adequado em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Reutilização e reciclagem de materiais sempre que possível;





- Utilização de produtos e insumos com menor impacto ambiental, priorizando fornecedores que apresentem certificações ambientais ou selos verdes;
- Racionalização do consumo de água e energia elétrica durante a execução dos serviços, promovendo eficiência operacional e ambiental;
- Incentivo à mão de obra local, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

3.16. Condições administrativas e contratuais

Para as condições administrativas e contratuais, os requisitos a serem observado serão:

- Prestação dos serviços de forma contínua, garantindo a execução do objeto dentro do prazo estipulado;
- Disponibilidade de canais de comunicação e atendimento célere às demandas pertinente ao presente objeto;
- Observância às normas de saúde e segurança do trabalho, garantindo proteção dos trabalhadores e usuários dos equipamentos públicos;
- Flexibilidade contratual para absorção de demandas, considerando o caráter dinâmico da utilização dos espaços públicos.

A definição desses requisitos, são pautados nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e isonomia, de modo que visa assegurar a contratação de solução adequada, eficiente e sustentável, sem impor especificações excessivas que possam restringir a competitividade do certame. Dessa forma, estabelece-se um equilíbrio entre a efetiva satisfação da necessidade pública e a observância do caráter competitivo da licitação, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.17. Local e Forma de Execução do Objeto

A obra do presente objeto, ocorrerá na área pública onde encontra-se consolidada a praça, localizado nas coordenadas Longitude UTM 413530.40 m E e Latitude UTM 7827272.37 m S, estabelecida no endereço da Rua Espírito Santo, localiado no Distrito de Regência, no Município de Linhares/ES.

O acompanhamento dos serviços a serem executados deverão ser registrados formalmente por intermédio de documentos como Diário de Obra, ou Boletim de Ocorrência, ou outro documento onde constem, no mínimo, as seguintes informações:





- Data do serviço;
- Dia da Semana;
- Condições meteorológicas;
- Serviço Realizado;
- Registros Fotográficos;
- Pendências;
- Entre outras informações pertinente a execução do objeto.

4. ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS PARA CONTRATAÇÃO

As estimativas das quantidades de serviços referentes à presente contratação deverão elaboradas com base na demanda da reforma com a reabilitação e a urbanização da praça do farol do Distrito de Regência, a partir de levantamento técnico *in loco* e da consequente elaboração de projeto gráfico de engenharia desenvolvido especificamente para este objeto.

O referido projeto deverá contemplar o detalhamento técnico dos elementos construtivos previstos, incluindo dimensões, especificações de materiais, métodos executivos e soluções de engenharia adotadas, constituindo a base para o dimensionamento preciso dos serviços e insumos necessários à plena execução da obra. Assim, os quantitativos estimados não decorrerão de parâmetros genéricos, mas de análise técnica individualizada da realidade física do local e da solução projetada.

A partir do projeto e do levantamento *in loco* será possível a concepção da respectiva memória de cálculo, que será estruturada em conformidade com critérios técnicos aplicáveis à estimativa de custos de obras públicas, observando orientações de normativos e diretrizes de referência para orçamentação de projetos de engenharia. Para a composição dos custos dos serviços também serão utilizadas preferencialmente as tabelas referenciais oficiais, com decomposição analítica dos serviços, indicação das unidades de medida pertinentes e apuração dos quantitativos exatos que serão extraídos do projeto.

As estimativas de quantidades contemplarão todos os serviços indispensáveis à execução integral do empreendimento, abrangendo, de forma consolidada, as frentes de intervenção necessárias.

A memória de cálculo detalha a forma de obtenção de cada quantitativo, demonstrando as medições extraídas das plantas, cortes, fachadas e detalhes construtivos do projeto, bem como os critérios adotados para perdas, espessuras, alturas, extensões lineares, áreas correspondentes e outras





medidas aplicáveis aos serviços necessários à plena execução do objeto.

Sendo todos esses documentos de suporte às estimativas, e deverão integrar a instrução técnica desta etapa:

- Projetos gráficos de engenharia (arquitetônico, elétrico, e/ou outro conforme aplicável);
- Planilha orçamentária sintética e analítica;
- Memória de cálculo dos quantitativos;

No tocante às interdependências com outras contratações, destaca-se que o objeto em questão possui caráter autônomo, não dependendo da execução prévia ou concomitante de outras obras ou serviços complementares para que atinja sua funcionalidade plena. Dessa forma, a contratação pode ser realizada de forma independente, sem prejuízo de futuras ações de melhoria em outros equipamentos esportivos do município.

Ainda assim, deverão ser adotados critérios de padronização de materiais e sistemas construtivos compatíveis com outras obras públicas municipais, o que pode favorecer ganhos indiretos de escala em aquisições futuras e na manutenção do equipamento.

4.1. MEMÓRIA DE CÁLCULO E OUTROS DOCUMENTOS

A memória de cálculo deverá acompanhar o presente Estudo Técnico Preliminar, sendo anexada aos autos do processo assim que concebida, e por sua vez descreverá detalhadamente as metodologias de quantificação adotadas, as dimensões, volumes e unidades de medidas consideradas, e os projetos gráficos e as premissas utilizadas para o levantamento dos quantitativos, assegurando transparência e rastreabilidade técnica do orçamento.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. POSSÍVEIS ALTERNATIVAS FRENTE À NECESSIDADE

Considerando o diagnóstico da situação atual da área onde se encontra o farol e o espaço utilizado informalmente pela população como área de convivência, foram avaliadas diferentes alternativas de solução com o objetivo de identificar a estratégia mais adequada para atendimento do interesse público.

A área localizada no distrito de Regência, no município de Linhares, apresenta relevante potencial paisagístico e turístico, sendo atualmente utilizada pela população como espaço de convivência e lazer. Contudo, observa-se a





inexistência de infraestrutura adequada de praça pública, bem como a necessidade de intervenções de manutenção e reabilitação no farol existente.

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas de solução:

Item	Possíveis Alternativas
1	Manutenção pontual do farol e conservação da área existente
2	Reforma isolada do farol
3	Implantação de infraestrutura básica de praça no entorno do farol
4	Requalificação urbanística completa do espaço público

5.1.1. Alternativa 1 – Manutenção pontual do farol e conservação da área existente

Execução restrita de reparos pontuais nas estruturas já existentes, com foco em correções emergenciais e manutenção básica, sem implantação de novos elementos e melhorias ao equipamento público, tais como o sistema de iluminação, urbanismo, paisagismo e outros elementos técnicos.

Essa alternativa consistiria na execução de intervenções mínimas voltadas à manutenção do farol existente e à realização de serviços pontuais de conservação da área atualmente utilizada pela população, tais como pequenos reparos estruturais, pintura, limpeza da área e manutenção básica das condições físicas do local.

Sob o ponto de vista financeiro, essa alternativa apresenta menor custo imediato para a Administração Pública, uma vez que não contempla a implantação de infraestrutura urbana significativa.

Entretanto, essa solução não promoveria melhorias estruturais relevantes no espaço público, mantendo as atuais limitações relacionadas à ausência de pavimentação adequada, inexistência de mobiliário urbano, insuficiência de iluminação pública, inexistência de áreas organizadas de permanência e ausência de infraestrutura de acessibilidade.

Além disso, a manutenção da área nas condições atuais tende a perpetuar problemas relacionados ao uso desordenado do espaço, à baixa qualidade ambiental e à limitação do potencial turístico e paisagístico do local.

Dessa forma, conclui-se que essa alternativa apresenta baixo potencial de resolução do problema público identificado, configurando-se como solução de caráter meramente paliativo.





5.1.2. Alternativa 2 – Reforma isolada do farol

Essa alternativa consistiria na realização de intervenções voltadas exclusivamente à recuperação estrutural, funcional e estética do farol existente, incluindo eventuais serviços de restauração, pintura, manutenção estrutural e melhorias pontuais nas condições de conservação do equipamento.

Essa solução permitiria preservar e valorizar o patrimônio público representado pelo farol, garantindo melhores condições de conservação da estrutura e eventual melhoria na percepção visual do equipamento.

Todavia, essa alternativa não contemplaria intervenções na área adjacente utilizada como praça pela população, que continuaria apresentando carência de infraestrutura urbana adequada.

Assim, mesmo com a recuperação do farol, permaneceriam os problemas relacionados à ausência de pavimentação organizada, iluminação adequada, áreas de convivência estruturadas, mobiliário urbano, paisagismo e acessibilidade.

Portanto, embora contribua para a preservação do equipamento público existente, essa alternativa não resolve de forma integrada a problemática urbana identificada no local.

5.1.3. Alternativa 3 – Implantação de infraestrutura básica de praça no entorno do farol

Essa alternativa consiste na implantação de infraestrutura urbana básica na área atualmente utilizada como espaço de convivência pela população, com intervenções voltadas à organização do espaço público.

Entre os elementos que poderiam compor essa solução destacam-se:

- execução de pavimentação ou calçamento nas áreas de circulação;
- implantação de iluminação pública adequada;
- instalação de mobiliário urbano básico, como bancos e lixeiras;
- implantação de áreas ajardinadas e paisagismo simplificado;
- organização das áreas de permanência e circulação;
- implantação de soluções mínimas de acessibilidade.

Essa alternativa representa avanço significativo em relação às anteriores, pois possibilita melhoria das condições de uso do espaço pela população, promovendo maior organização urbana e melhores condições de permanência no local.





Entretanto, essa solução poderia resultar em uma intervenção parcial, sem promover uma requalificação urbanística mais ampla do espaço e sem contemplar intervenções estruturais mais completas no farol e em sua integração com o ambiente urbano ao redor.

Assim, embora represente melhoria relevante, essa alternativa ainda apresenta limitações quanto à valorização integral do espaço público e do potencial turístico da área.

5.1.4. Alternativa 4 – Requalificação urbanística completa do espaço público

Essa alternativa consiste na realização de intervenção integrada de engenharia voltada à requalificação urbanística da área do farol e de seu entorno, contemplando a recuperação do equipamento existente e a implantação de infraestrutura adequada de praça pública.

Essa solução envolve a execução de obras destinadas à transformação do espaço em área pública estruturada, segura e funcional, apta a atender às necessidades de lazer, convivência social e valorização turística da localidade.

Entre as principais intervenções previstas nessa alternativa destacam-se:

- reabilitação e recuperação estrutural e estética do farol existente;
- urbanização da área atualmente utilizada como praça;
- implantação de pavimentação e organização das áreas de circulação;
- criação de espaços de permanência e convivência;
- instalação de mobiliário urbano adequado;
- implantação de sistema de iluminação pública eficiente;
- execução de paisagismo e valorização ambiental do espaço;
- implantação de infraestrutura de acessibilidade universal;
- organização do espaço urbano de forma integrada ao ambiente paisagístico local.

Essa alternativa permite resolver de forma completa e integrada os problemas atualmente identificados, promovendo melhoria significativa da qualidade urbana do espaço público, valorização do patrimônio municipal e fortalecimento das atividades sociais, culturais e turísticas da localidade.

Além disso, a requalificação urbanística contribui para a melhoria da atratividade do distrito de Regência, fortalecendo o potencial turístico da região e ampliando as possibilidades de uso do espaço pela população e pelos visitantes.





Dessa forma, essa alternativa apresenta maior potencial de geração de benefícios públicos, maior eficiência na aplicação dos recursos e maior capacidade de resolução do problema urbano identificado, sendo considerada a solução tecnicamente mais adequada para atendimento da necessidade administrativa.

5.1.5. QUADRO COMPRATIVO DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO

Com base no diagnóstico da situação atual do espaço público localizado no distrito de Regência, no município de Linhares, onde se encontra o farol e a área atualmente utilizada informalmente pela população como espaço de convivência, foram avaliadas diferentes alternativas de solução para atendimento da necessidade administrativa identificada.

A análise comparativa das alternativas considerou critérios técnicos, urbanísticos, operacionais e econômicos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Alternativa de Solução	Descrição Sintética	Custo Estimado Relativo	Impacto Urbano e Social	Grau de Atendimento ao Problema	Viabilidade Técnica
Alternativa 1 – Manutenção pontual do farol e conservação da área existente	Execução de intervenções mínimas voltadas à manutenção do farol e conservação básica da área atualmente utilizada pela população.	Baixo	Baixo impacto urbano, sem melhoria significativa das condições de uso do espaço.	Baixo – mantém as limitações atuais de infraestrutura.	Alta
Alternativa 2 – Reforma isolada do farol	Recuperação estrutural e estética do farol existente, sem intervenções relevantes no espaço público adjacente.	Baixo a Médio	Melhoria pontual no equipamento público, sem impacto relevante na qualificação do espaço urbano.	Baixo a Médio – não resolve a carência de infraestrutura da praça.	Alta
Alternativa 3 – Implantação de infraestrutura básica de praça	Implantação de elementos básicos de urbanização no entorno do farol, incluindo pavimentação, iluminação e mobiliário urbano simples.	Médio	Melhoria moderada das condições de uso do espaço público.	Médio – melhora a área de convivência, mas não promove requalificação completa do espaço.	Alta
Alternativa 4 – Requalificação urbanística completa do espaço público	Intervenção integrada contemplando reabilitação do farol e urbanização completa da área de praça, com infraestrutura adequada de lazer e convivência.	Médio a Alto	Elevado impacto positivo urbano, social e turístico.	Alto – resolve de forma completa e integrada os problemas identificados.	Alta





5.1.6. Conclusão do Levantamento de Mercado

A partir da análise das alternativas de solução avaliadas, verifica-se que as opções baseadas apenas em intervenções pontuais ou parciais — como a manutenção mínima do farol ou a realização de reforma isolada do equipamento — apresentam baixo potencial de resolução do problema público identificado, uma vez que não contemplam a qualificação do espaço urbano utilizado pela população como área de convivência.

Por sua vez, a alternativa que prevê apenas a implantação de infraestrutura básica de praça representa avanço em relação às condições atuais do local, porém ainda apresenta limitações quanto à integração entre o farol e o espaço urbano adjacente, bem como quanto à valorização do potencial paisagístico, social e turístico da área.

Diante disso, verifica-se que a alternativa consistente na requalificação urbanística completa do espaço público, contemplando simultaneamente a recuperação do farol e a implantação de infraestrutura adequada de praça pública, apresenta maior capacidade de atendimento ao interesse público, ao promover solução integrada para os problemas atualmente identificados.

Essa solução possibilita a organização adequada do espaço urbano, melhoria das condições de uso pela população, valorização do patrimônio público municipal e fortalecimento do potencial turístico e paisagístico da localidade.

Além disso, a execução de intervenção integrada permite maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos, evitando a realização de intervenções fragmentadas que poderiam demandar novas obras ou adaptações futuras.

Dessa forma, conclui-se que a requalificação urbanística completa do espaço público constitui a alternativa tecnicamente mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada, devendo ser adotada como solução a ser considerada no processo de contratação pública a ser conduzido pela Administração Municipal.

Tal solução será viabilizada mediante a contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de engenharia necessários à implantação da intervenção proposta, em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

5.2. POSSÍVEIS SOLUÇÕES FRENTE À ALTERNATIVA ESCOLHIDA

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atender à necessidade de requalificação urbanística completa do espaço público da área





da praça do Farol de Regência, foi realizado levantamento de mercado abrangendo empresas especializadas na execução de obras de engenharia civil e intervenções estruturais e serviços correlatos.

O estudo contemplou análise comparativa das alternativas possíveis de execução do objeto, sob os aspectos técnicos, operacionais, administrativos e econômicos, observando os princípios da economicidade, eficiência, efetividade e interesse público, em consonância com o planejamento institucional e com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

A etapa envolveu consultas a bases públicas de preços, plataformas de compras governamentais, registros cadastrais de fornecedores, portais de transparência e referências de contratações similares, permitindo avaliar a capacidade do mercado, o nível de especialização técnica e a maturidade operacional das empresas aptas a executar o objeto.

A partir dessa análise, foram identificadas três possíveis soluções para viabilizar a execução da obra:

Item	Possíveis Soluções ou Cenários Resolutivos
1	Execução direta pela Administração Pública
2	Contratação parcial, com aquisição separada de materiais e serviços de mão de obra
3	Contratação de empresa especializada para execução da obra

É notório o empenho da gestão pública municipal em ampliar e qualificar a oferta de espaços destinados ao turismo e ao lazer, mediante a implantação e a adequação de equipamentos públicos que proporcionem ambientes atrativos, acessíveis e adequados ao uso da população e de visitantes. Tais espaços, além de fomentarem o desenvolvimento do turismo local, contribuem para a promoção do bem-estar social, da saúde e da qualidade de vida, favorecendo atividades recreativas, educativas e esportivas, bem como o desenvolvimento físico, intelectual e psicológico dos usuários.

Nesse contexto, a partir da análise técnica realizada e do levantamento metodológico adotado para a concepção do objeto, foram identificadas três soluções possíveis para a execução do presente objeto, conforme descrito na tabela apresentada.

5.2.1. Execução Direta pela Administração Pública

A execução direta consistiria na realização das obras por meio da utilização de recursos próprios da Administração Municipal, incluindo mão de obra,





equipamentos e insumos necessários à execução das intervenções.

Entretanto, verificou-se que o Município não dispõe, em seu quadro permanente, de estrutura técnica e operacional suficiente para a execução direta de obras dessa natureza, especialmente no que se refere à disponibilidade de equipes multidisciplinares da construção civil, equipamentos específicos, logística de suprimentos e gestão técnica de obra.

Além disso, a execução direta poderia acarretar maior complexidade administrativa, aumento do tempo necessário para execução das intervenções e potenciais riscos relacionados à gestão de insumos, controle tecnológico e supervisão das atividades construtivas.

Dessa forma, essa alternativa mostra-se tecnicamente e operacionalmente menos adequada para o atendimento da demanda identificada.

5.2.2. Contratação Parcial (materiais e mão de obra separados)

Essa alternativa foi analisada, mas apresenta riscos significativos de ineficiência técnica e administrativa. A fragmentação da contratação:

- Dificulta a compatibilização técnica entre materiais e execução;
- Gera responsabilização difusa entre fornecedores distintos;
- Aumenta a probabilidade de conflitos contratuais e paralisações;
- Eleva custos indiretos com gestão, fiscalização e coordenação de múltiplos contratos;
- Amplia o risco de retrabalhos e aditivos decorrentes de incompatibilidades.

Embora permita maior controle sobre a aquisição de insumos, a fragmentação compromete a integração dos sistemas construtivos e reduz a eficiência global do empreendimento.

Sendo assim, essa alternativa apresenta elevado risco técnico e administrativo, além de menor eficiência econômica no ciclo completo da obra.

5.2.3. Contratação de empresa especializada para execução da obra

Essa alternativa consiste na realização de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia, responsável pela execução das intervenções necessárias à requalificação do espaço público.

Nesse modelo, a empresa contratada assume a responsabilidade pela





execução dos serviços, incluindo mobilização de mão de obra especializada, fornecimento de materiais, utilização de equipamentos adequados, cumprimento de normas técnicas aplicáveis e execução das atividades conforme os projetos e especificações técnicas definidos pela Administração.

Trata-se do modelo mais utilizado pela Administração Pública para execução de obras de infraestrutura urbana, especialmente em intervenções que demandam especialização técnica e mobilização de recursos operacionais típicos do setor da construção civil.

Sob o aspecto econômico, essa alternativa permite a realização de procedimento competitivo entre empresas do mercado, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme os critérios definidos no instrumento convocatório.

5.2.4. AVALIAÇÃO DO REGIMES DE EXECUÇÃO DISPONÍVEIS

No âmbito da contratação de obras e serviços de engenharia, a legislação vigente admite diferentes regimes de execução, dentre os quais se destacam:

- empreitada por preço global;
- empreitada por preço unitário;
- contratação integrada;
- contratação semi-integrada.

Considerando as características da intervenção pretendida — que consiste na execução de obra de urbanização com escopo previamente definido e passível de detalhamento em projeto e planilha orçamentária — verifica-se que os regimes de contratação integrada ou semi-integrada não se mostram os mais adequados, uma vez que esses modelos são recomendados principalmente para empreendimentos de maior complexidade ou quando há necessidade de transferência da responsabilidade pela elaboração dos projetos à contratada.

No caso da requalificação da praça, trata-se de intervenção de engenharia com soluções técnicas amplamente conhecidas e passíveis de detalhamento prévio pela Administração, o que favorece a adoção de regime tradicional de execução de obra pública.

Nesse contexto, a empreitada por preço global apresenta-se como regime mais adequado, tendo em vista que possibilita maior previsibilidade de custos, melhor controle do orçamento da obra e maior segurança na gestão contratual, especialmente quando os quantitativos e especificações técnicas encontram-se devidamente definidos no projeto e na planilha orçamentária.





5.3. CONCLUSÃO TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ADOTADA

Com base na análise das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para execução das obras de urbanização e reabilitação da Praça do Farol, mediante realização de procedimento licitatório.

Do ponto de vista técnico, essa solução permite que os serviços sejam executados por empresa com comprovada experiência e capacidade operacional na realização de obras de natureza semelhante, assegurando maior qualidade na execução dos serviços, observância às normas técnicas aplicáveis e adequada gestão das atividades construtivas.

Sob o aspecto econômico, a contratação mediante procedimento licitatório promove a competitividade entre empresas do setor da construção civil, possibilitando à Administração selecionar a proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Além disso, o modelo de contratação permite estabelecer instrumentos contratuais que garantam maior controle da execução da obra, tais como cronograma físico-financeiro, mecanismos de fiscalização técnica, controle de qualidade dos serviços executados e aplicação de sanções em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada representa a alternativa mais eficiente, segura e economicamente viável para a execução das intervenções necessárias à requalificação do referido espaço público, atendendo de maneira adequada ao interesse público e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em metodologia técnica compatível com a natureza do objeto, observando os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público, conforme diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 para contratações de obras e serviços de engenharia.

Inicialmente, foram adotadas metodologias consagradas de pesquisa de preços, contemplando levantamento de valores praticados no mercado, análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e consultas a bases oficiais de dados de custos e insumos. Nesse contexto, buscou-se,





inclusive, referências por meio de pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com o objetivo de identificar parâmetros que pudessem subsidiar a formação do valor estimado da contratação.

Todavia, verificou-se que os objetos disponíveis para consulta apresentam elevada heterogeneidade quanto às soluções técnicas adotadas, às condições físicas dos locais de intervenção, às infraestruturas previamente existentes, aos padrões construtivos empregados e aos quantitativos de serviços envolvidos. Em especial, tratando-se de intervenções em espaços públicos, observou-se que cada contratação reflete necessidades específicas do respectivo local, o que resulta em significativa variação entre escopos, métodos executivos e composições de custos.

Dessa forma, concluiu-se que a simples utilização de valores globais oriundos de contratações similares poderia induzir a distorções relevantes, comprometendo a precisão da estimativa e a fidedignidade do orçamento. Assim, as referências obtidas em outras contratações públicas foram utilizadas apenas como parâmetro auxiliar de validação de coerência, não sendo adotadas como base principal para a definição dos preços do presente objeto.

Em razão da especificidade da intervenção proposta para a praça do Farol de Regência, a estimativa do valor da contratação será fundamentada primordialmente no levantamento técnico realizado *in loco*, que permitirá a identificação detalhada das condições existentes e das necessidades de melhoria da infraestrutura local. Com base nesse diagnóstico, serão elaborados os projetos gráficos de engenharia, o memorial descritivo, a memória de cálculo dos quantitativos e a planilha orçamentária estimativa identificando os serviços e os valores unitários agregados a cada um, estipulando-se um valor para a contratação do presente objeto.

O orçamento será estruturado a partir da decomposição analítica de todos os serviços previstos, com definição de unidades de medida, quantitativos apurados em projeto e composições de custos unitários formadas com base em referências oficiais de custos de engenharia, acrescidas dos encargos sociais, custos indiretos e BDI, conforme práticas consolidadas na engenharia de custos aplicada à Administração Pública.

A memória de cálculo demonstrará a rastreabilidade entre os elementos de projeto e os quantitativos estimados, assegurando transparência metodológica e possibilitando a verificação da consistência técnica dos valores apurados pelos órgãos de controle interno e externo.

A planilha orçamentária detalhada, contendo os preços unitários referenciais,





as composições de custos, a memória de cálculo e os documentos técnicos que darão suporte à estimativa, integrará os autos do processo administrativo e acompanhará o presente Estudo Técnico Preliminar, nos termos da legislação vigente, com vistas à preservação da estratégia da contratação.

A estimativa a ser apresentada constituirá, portanto, parâmetro técnico para análise de vantajosidade, planejamento orçamentário e condução do procedimento licitatório, refletindo de forma fidedigna a realidade da intervenção proposta e o interesse público envolvido.

6.1. CONCEPÇÃO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA BÁSICA PELA ADMINISTRAÇÃO

A estimativa do valor da contratação e a definição dos preços unitários referenciais máximos constituem etapas essenciais do planejamento da contratação, pois fornecem base técnica e econômica para a tomada de decisão administrativa, asseguram a viabilidade financeira do empreendimento e promovem transparência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O objeto da presente contratação enquadra-se como obra e serviços de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o que implica a observância de critérios técnicos específicos para a formação do valor estimado da contratação, conforme estabelecido no art. 23 da referida norma.

Nos termos do caput do art. 23, o valor previamente estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando-se preços constantes de bancos de dados públicos, as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Para obras e serviços de engenharia, o § 2º do mesmo artigo estabelece ordem de prioridade para definição dos custos unitários, contemplando a utilização de sistemas referenciais oficiais, pesquisas em bases especializadas, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e outras fontes formais de preços.

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do





item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. ...”

A planilha orçamentária a ser elaborada pela Administração será desenvolvida por profissional técnico legalmente habilitado, com competência para atuação na área de engenharia de custos, observando metodologia compatível com a complexidade e a natureza do objeto. A composição orçamentária adotará, de forma combinada e justificada, parâmetros técnicos extraídos de fontes públicas oficiais e reconhecidas, em consonância com os incisos I, II e III do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Onde serão utilizadas como principais referências:





- Tabela de Referência de Preços do Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo – DER-ES, bem como outras tabelas referenciais indicadas na planilha orçamentária, reconhecidas nacionalmente como parâmetros técnicos para obras e serviços de engenharia, como é o caso da tabela referencial do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, e outras;
- Composições de custos unitários extraídas das bases referenciais, devidamente adaptadas às condições específicas do local da obra, com indicação da fonte, data de referência e detalhamento dos insumos, coeficientes de produtividade e encargos incidentes;
- Aplicação de BDI e Encargos Sociais compatíveis com a natureza do empreendimento e com a prática adotada em obras públicas de porte semelhante.

A metodologia a ser empregada assegura a rastreabilidade dos custos, a transparência na formação dos preços e a vinculação direta entre os quantitativos previstos em projeto, as composições unitárias e o valor global estimado.

Ressalta-se que os critérios a serem adotados encontram respaldo também nas orientações dos órgãos de controle, notadamente na Resolução TCE-ES nº 366/2022, que disciplina a metodologia de análise de preços de obras e serviços de engenharia, recomendando a utilização de sistemas oficiais de custos como DER-ES, SINAPI, SICRO e demais tabelas referenciais reconhecidas, além da necessidade de identificação da fonte, data-base e memória de cálculo dos itens orçamentários — requisitos que serão plenamente observados na presente estimativa.

No que se refere à viabilidade de mercado, o levantamento realizado demonstrou a existência de empresas especializadas e capacitadas para execução de obras de natureza semelhante, dotadas de qualificação técnica, acervo profissional compatível, registro em conselho de classe e estrutura operacional adequada, o que reforça a adequação da metodologia adotada para a estimativa de preços e a exequibilidade do objeto.

A opção por consolidar os serviços em um único orçamento integrado favorece a economia de escala, reduz a sobreposição de custos indiretos, centraliza a responsabilidade técnica e facilita o controle contratual, fatores que contribuem para maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a planilha orçamentária da Administração constituirá instrumento técnico idôneo e suficiente para fundamentar a estimativa do valor da contratação, estando alinhada aos parâmetros legais estabelecidos na Lei nº





14.133/2021, às boas práticas de engenharia de custos e às orientações dos órgãos de controle.

O valor estimado será, portanto, definido a partir dos quantitativos apurados nos projetos e memoriais técnicos, com custos unitários extraídos prioritariamente de tabelas referenciais oficiais e, quando necessário, complementados por composições de custos devidamente justificadas ou cotações de mercado formalmente documentadas, garantindo consistência técnica, compatibilidade com os preços de mercado e segurança para a condução do procedimento licitatório.

6.2. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Após os esclarecimentos prestados em relação à estimativa de preços e sua formação, é importante ressaltar que serão apensados ao processo a planilha orçamentária acompanhada dos preços unitários referenciais, assim como a memória de cálculo que subsidiará a estimativa dos quantitativos e todos os documentos complementares.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na execução de obras e serviços de engenharia destinados à requalificação urbanística da área onde se localiza o farol e do espaço atualmente utilizado pela população como área de convivência, por meio da implantação de infraestrutura adequada de praça pública, associada à recuperação e valorização do equipamento existente.

A intervenção será realizada no distrito de Regência, no município de Linhares, local que apresenta relevante potencial paisagístico, cultural e turístico, sendo atualmente utilizado pela população como espaço informal de convivência e lazer, porém sem infraestrutura urbana adequada para o atendimento das necessidades da coletividade.

A solução foi concebida com o objetivo de promover a organização e qualificação do espaço urbano, assegurando melhores condições de uso, conforto, segurança e acessibilidade para a população, bem como a valorização do patrimônio público e da paisagem urbana da localidade.

7.1. Caracterização da solução proposta

A solução envolve a execução de um conjunto integrado de intervenções de engenharia voltadas à requalificação do espaço público, compreendendo, entre





outros elementos:

- recuperação, reabilitação ou adequação do farol existente, quando necessário, incluindo intervenções estruturais, arquitetônicas ou estéticas destinadas à preservação e valorização do equipamento público;
- urbanização e organização da área atualmente utilizada como praça pública;
- execução de pavimentação nas áreas de circulação de pedestres, com definição adequada dos fluxos de acesso e permanência;
- implantação de mobiliário urbano compatível com o uso coletivo do espaço, tais como bancos, lixeiras e demais elementos de apoio ao usuário;
- implantação ou adequação do sistema de iluminação pública, visando melhorar as condições de segurança e utilização do espaço no período noturno;
- execução de paisagismo e valorização ambiental da área, com implantação de elementos vegetais e organização estética do espaço urbano;
- implantação de infraestrutura de acessibilidade universal, garantindo condições adequadas de circulação e uso do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- organização das áreas de permanência e convivência, possibilitando maior conforto e funcionalidade para os usuários.

As intervenções serão detalhadas em projetos de engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas e planilhas orçamentárias que integrarão o processo licitatório.

7.2. INTEGRAÇÃO COM A INFRAESTRUTURA URBANA EXISTENTE

A solução proposta foi concebida considerando a integração da área objeto da intervenção com a infraestrutura urbana existente no entorno, buscando assegurar que as melhorias promovidas estejam alinhadas com as condições urbanísticas da localidade e com o padrão de ocupação do distrito.

A organização do espaço urbano deverá considerar os fluxos de circulação existentes, as características paisagísticas da região e o uso tradicional da área pela população, de forma a promover uma intervenção que respeite as características locais e fortaleça a identidade urbana da comunidade.

Além disso, a implantação da praça estruturada contribuirá para a organização do uso do espaço público, reduzindo situações de uso desordenado e





promovendo maior qualidade ambiental e urbanística para a área.

7.3. CICLO DE VIDA DA SOLUÇÃO

A solução adotada foi concebida considerando a durabilidade das intervenções e o ciclo de vida esperado para obras de urbanização e infraestrutura urbana.

Nesse sentido, os materiais e técnicas construtivas a serem utilizados deverão atender às normas técnicas aplicáveis e aos padrões de qualidade definidos nos documentos técnicos da contratação, de modo a garantir adequada resistência, durabilidade e desempenho das estruturas implantadas.

A adoção de soluções construtivas adequadas permitirá reduzir custos futuros de manutenção e ampliar a vida útil das intervenções realizadas, contribuindo para maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

7.4. SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL

A solução proposta deverá observar, sempre que tecnicamente viável, princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental na execução das obras.

Nesse contexto, deverão ser consideradas medidas relacionadas à adequada gestão dos resíduos gerados durante a execução da obra, em conformidade com a legislação ambiental aplicável, bem como à utilização racional de recursos naturais e à preservação das características ambientais da área.

Além disso, as intervenções de paisagismo poderão contribuir para a melhoria das condições microclimáticas do espaço urbano, promovendo maior conforto ambiental para os usuários.

7.5. MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Considerando que o objeto da contratação consiste na execução de obra pública de urbanização, os elementos implantados passarão a integrar o patrimônio público municipal após a conclusão dos serviços e o recebimento definitivo da obra.

A manutenção rotineira dos componentes implantados, tais como pavimentação, mobiliário urbano, paisagismo e sistemas de iluminação, será realizada posteriormente pela Administração Municipal ou por meio de contratos específicos de manutenção da infraestrutura urbana.

No que se refere à execução da obra, a empresa contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços executados e será responsável pela correção de





eventuais vícios ou defeitos construtivos identificados durante o período de garantia legal aplicável às obras de engenharia, conforme previsto na legislação civil e nas disposições contratuais pertinentes.

7.6. Forma de execução da solução

Para viabilizar a implementação da solução proposta, será realizada contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, mediante procedimento licitatório, responsável pela execução das intervenções previstas nos projetos e documentos técnicos da contratação.

A execução da obra deverá observar rigorosamente os projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais requisitos estabelecidos pela Administração, garantindo a adequada implementação da solução proposta.

A contratação será realizada em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e a adequada execução das intervenções planejadas.

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar, sempre que possível, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto da contratação, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar a participação de maior número de interessados no certame licitatório.

Nesse contexto, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto referente à execução das obras de urbanização e reabilitação da área onde se localiza o farol e do espaço atualmente utilizado como praça pública, situada no distrito de Regência, no município de Linhares.

Entretanto, considerando as características da intervenção pretendida, verifica-se que as atividades que compõem o objeto da contratação apresentam elevado grau de interdependência técnica e operacional, uma vez que envolvem um conjunto integrado de serviços de engenharia relacionados à urbanização do espaço público, recuperação de estruturas existentes, implantação de pavimentação, mobiliário urbano, paisagismo, iluminação pública e demais elementos de infraestrutura necessários à completa requalificação da área.

A execução dessas intervenções de forma fragmentada, por meio de múltiplos contratos ou contratações distintas, poderia gerar dificuldades na coordenação





das atividades, aumento da complexidade da gestão contratual, riscos de incompatibilidade entre as diferentes etapas da obra, bem como potenciais atrasos na execução do empreendimento.

Além disso, o parcelamento do objeto poderia resultar em aumento dos custos globais da intervenção, em razão da necessidade de mobilização de diferentes empresas contratadas, duplicidade de estruturas administrativas e maior complexidade na fiscalização e no acompanhamento da execução dos serviços.

Destaca-se, ainda, que a execução integrada das intervenções por uma única empresa contratada permite maior eficiência na gestão da obra, melhor coordenação das atividades construtivas e maior uniformidade na qualidade dos serviços executados, contribuindo para o adequado cumprimento do cronograma físico-financeiro da obra.

Adicionalmente, verifica-se que o objeto da contratação apresenta natureza técnica compatível com a execução por empresas do setor da construção civil que normalmente atuam na realização de obras de urbanização e infraestrutura urbana, não se identificando restrições relevantes à competitividade do certame decorrentes da contratação do objeto de forma global.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente recomendável nem economicamente vantajoso para a Administração Pública, sendo mais adequado que a execução das obras ocorra de forma integrada, mediante contratação única de empresa especializada para execução do conjunto de serviços de engenharia necessários à requalificação do espaço público.

Assim, considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos analisados, justifica-se a não adoção do parcelamento do objeto, mantendo-se a contratação em lote único, de forma a assegurar maior eficiência na execução da obra e melhor atendimento ao interesse público.

Diante da natureza integrada dos serviços de engenharia envolvidos e da necessidade de coordenação técnica entre as diferentes etapas da obra, conclui-se que a execução do objeto em lote único constitui a alternativa mais adequada para garantir eficiência, economicidade e adequada gestão da contratação.

8.1. METODOLOGIA DE CONTRATAÇÃO

8.1.1. Natureza da Contratação

Sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e Nota Técnica IBR 001/2021 a atividade





será enquadrada como obra e serviço comum de engenharia, uma vez que toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, também são atividades estabelecidas, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, conforme enquadramento no conceito de obra e serviços a que se refere o inciso XI e XII do 6º artigo, assim como o inciso XXI do caput deste artigo, que compreendem:

- a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

Pelo exposto acima, tem-se que o objeto a ser licitado pode ser enquadrado como “serviço comum de engenharia”, visto que:

- a) Que os materiais a serem empregados são padronizáveis em termos de desempenho e qualidade;
- b) A área do equipamento público já é consolidado e implantado no município, cabendo com o objeto em questão a melhoria desse espaço, com a requalificação deste equipamento público para garantir a utilização e a continuidade do serviço com funcionalidade, segurança e qualidade desse espaço, que são fundamentais para o bem-estar da população, promovendo a acessibilidade e o uso adequado por todos os cidadãos;
- c) Será executado através de mão de obra, equipamentos e materiais padronizáveis e usuais e amplamente disponíveis no mercado;
- d) Objeto possui características de fácil descrição e compreensão;
- e) Responsável técnico pela prestação dos serviços será um engenheiro ou arquiteto.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

A solução proposta tem por finalidade promover a requalificação urbanística da área onde se localiza o farol e do espaço atualmente utilizado pela população como área de convivência, por meio da implantação de infraestrutura adequada





de praça pública, contribuindo para a melhoria das condições de uso, segurança, acessibilidade e valorização paisagística do local.

A intervenção será realizada no distrito de Regência, no município de Linhares, e busca atender às necessidades da coletividade mediante a organização e qualificação do espaço público, atualmente utilizado de forma informal pela população.

Sob a perspectiva da economicidade, a solução proposta permite a realização de intervenção integrada de engenharia, contemplando simultaneamente a recuperação do farol e a implantação da infraestrutura urbana necessária ao funcionamento adequado da praça pública. A execução da obra de forma planejada e estruturada contribui para evitar intervenções fragmentadas ou sucessivas contratações de pequeno porte, que poderiam resultar em aumento de custos ao longo do tempo e menor eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, a realização da intervenção por meio de contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia possibilita a obtenção de ganhos de eficiência decorrentes da execução integrada das atividades construtivas, da utilização adequada de equipamentos e da adoção de técnicas construtivas apropriadas, contribuindo para a redução de desperdícios e para o melhor aproveitamento dos recursos financeiros destinados à obra.

No que se refere ao melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, a contratação de empresa especializada permite que a Administração Pública concentre seus esforços na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução contratual, utilizando de forma mais eficiente sua estrutura técnica existente, sem a necessidade de mobilização de equipes operacionais próprias para execução direta das intervenções.

Quanto ao aproveitamento dos recursos materiais, a execução da obra permitirá a implantação de infraestrutura urbana adequada, incluindo pavimentação, mobiliário urbano, iluminação pública e paisagismo, elementos que passarão a integrar o patrimônio público municipal e poderão ser utilizados de forma permanente pela população.

Sob a perspectiva social e urbana, os resultados pretendidos incluem a melhoria da qualidade do espaço público, o fortalecimento das condições de convivência social, o estímulo às atividades de lazer e recreação, bem como a valorização do patrimônio público e do ambiente urbano da localidade.

Adicionalmente, a intervenção contribuirá para o fortalecimento do potencial





turístico da região, considerando a relevância paisagística e cultural do local, promovendo maior atratividade do espaço e ampliando as possibilidades de utilização do equipamento público pela população e pelos visitantes.

Dessa forma, os resultados pretendidos com a contratação envolvem não apenas a execução de uma obra de engenharia, mas também a promoção de melhorias estruturais duradouras no espaço urbano, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e ampliando os benefícios sociais decorrentes da intervenção planejada.

A implementação da solução será conduzida em conformidade com as diretrizes e procedimentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e a adequada execução das intervenções previstas.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Considerando que o Município de Linhares já possui estrutura técnica consolidada de gestão e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, com servidores capacitados e experientes atuando no acompanhamento contratual, as providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato têm como objetivo aperfeiçoar os mecanismos existentes, padronizar rotinas específicas para o tipo de serviço ora pretendido e assegurar o alinhamento entre as unidades envolvidas na execução contratual.

Em atenção ao disposto na Lei nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECULT conjuntamente a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos – SEMOS adotarão as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada formalização, gestão e fiscalização da contratação.

Atualmente, a SECULT e a SEMOS já dispõe de servidores com formação e aptos a desempenhar as atribuições relacionadas à fiscalização e ao acompanhamento técnico-operacional do contrato, inclusive com histórico de atuação em contratos semelhantes, o que garante segurança e continuidade na condução das atividades.

Dentre as providências administrativas a serem adotadas previamente à execução do instrumento contratual a ser celebrado, destacam-se:

a) Designação formal da equipe gestora e fiscal: Será realizada a designação formal, por meio de portaria, da equipe técnica responsável pela gestão e fiscalização do contrato, observando os princípios da segregação de funções e





da qualificação técnica exigida, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

b) Estruturação das rotinas de acompanhamento: Serão definidas rotinas e protocolos internos para acompanhamento da execução contratual, incluindo cronogramas de vistorias, procedimentos de conferência dos serviços, critérios de aceite das entregas, verificação da conformidade técnica, e elaboração de relatórios periódicos de fiscalização.

c) Integração com contrato: A SECULT e a SEMOS manterão articulação entre a gestão do contrato objeto desta contratação, assegurando o alinhamento técnico, a troca de informações e a integração entre os fluxos de trabalho.

d) Utilização de ferramentas de gestão e controle: Será adotada ferramenta de registros das atividades desenvolvidas, através de Registro Diário de Obra ou outro documento que o substitua, conforme previsto no escopo contratual, que permitirá o registro e o controle diário das atividades, intervenções, condições do tempo, cronogramas, relatórios e demais dados da execução, facilitando a rastreabilidade e o controle gerencial do contrato.

e) Apoio operacional necessário: A Administração garantirá os meios operacionais e logísticos necessários ao exercício das atividades de fiscalização e gestão contratual, como acesso a documentos, deslocamentos para vistorias técnicas e atualização de registros administrativos.

Tais providências visam assegurar a correta execução do contrato, com eficiência, regularidade e alinhamento às diretrizes legais e técnicas que regem as contratações públicas, fortalecendo a atuação da Administração no controle dos serviços prestados à população.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para fins de adequado planejamento da contratação, procedeu-se à análise acerca da existência de contratações correlatas ou interdependentes relacionadas à execução das obras de urbanização e reabilitação da área onde se localiza o farol e do espaço utilizado como praça pública, situada no distrito de Regência, no município de Linhares.

Entendem-se como contratações correlatas aquelas que, embora possuam objeto distinto, guardam relação com a solução pretendida, podendo contribuir para a plena funcionalidade do empreendimento ou para a adequada utilização do espaço público a ser requalificado. Já as contratações interdependentes correspondem àquelas cuja execução depende diretamente da realização do objeto da presente contratação ou que, de forma inversa, constituem requisito para sua implementação.





No contexto da intervenção proposta, verifica-se que a execução das obras de urbanização e requalificação da área do farol compreende a implantação de infraestrutura urbana essencial ao funcionamento do espaço público, incluindo pavimentação, iluminação, mobiliário urbano, paisagismo e adequações necessárias à acessibilidade e à utilização segura da área pela população.

Nesse sentido, não foram identificadas, no momento, contratações interdependentes indispensáveis à execução da obra, uma vez que os serviços previstos no escopo da contratação contemplam, de forma integrada, as principais intervenções necessárias à requalificação do espaço público.

Contudo, podem existir contratações correlatas que contribuam para a ampliação da funcionalidade e da atratividade do local após a conclusão da obra, tais como eventuais serviços de manutenção urbana, conservação de áreas verdes, manutenção da iluminação pública, limpeza urbana e outras atividades de rotina que integram as atribuições operacionais da Administração Municipal.

Essas atividades, entretanto, caracterizam-se como serviços contínuos de manutenção e conservação de espaços públicos, normalmente executados no âmbito de contratos administrativos próprios já existentes ou a serem celebrados pela Administração, não configurando dependência direta para a execução da obra objeto deste estudo.

Dessa forma, conclui-se que a contratação das obras de urbanização e reabilitação da área do farol apresenta autonomia técnica e operacional para sua implementação, não havendo, nesta fase de planejamento, contratações interdependentes que condicionem a viabilidade da solução proposta.

Ressalta-se que eventuais ações complementares voltadas à manutenção, gestão e utilização do espaço público após a conclusão da obra poderão ser realizadas pela Administração Pública no âmbito de suas rotinas administrativas ou por meio de instrumentos contratuais específicos, conforme as necessidades identificadas ao longo do tempo.

A presente contratação será conduzida em conformidade com os procedimentos e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada integração da solução proposta com as demais políticas públicas e ações administrativas voltadas ao ordenamento urbano e à melhoria dos espaços públicos municipais.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A execução das obras de urbanização e reabilitação da área onde se localiza o





farol e do espaço atualmente utilizado como praça pública, situada no distrito de Regência, no município de Linhares, poderá ocasionar impactos ambientais pontuais e temporários, inerentes às atividades de construção civil.

Tais impactos estão associados, principalmente, às etapas de preparação do terreno, movimentação de materiais, utilização de equipamentos e execução das intervenções necessárias à implantação da infraestrutura urbana prevista para o local.

Entre os principais impactos ambientais potenciais relacionados à execução da obra, destacam-se:

- Geração de resíduos da construção civil, provenientes de eventuais demolições, remoções de estruturas existentes, escavações e sobras de materiais utilizados durante a execução dos serviços;
- Emissão de poeira e particulados, decorrente da movimentação de solo, transporte de materiais e atividades construtivas;
- Geração de ruídos temporários, decorrentes da operação de máquinas e equipamentos utilizados na obra;
- Possível interferência na vegetação existente, caso seja necessária a remoção pontual de indivíduos arbóreos ou adequação de áreas verdes para implantação da infraestrutura prevista;
- Risco de descarte inadequado de materiais e resíduos, caso não sejam adotados procedimentos adequados de gestão ambiental durante a execução da obra.

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais decorrentes da intervenção, deverão ser adotadas medidas mitigadoras durante todas as fases de execução da obra, entre as quais destacam-se:

- realização da gestão adequada dos resíduos da construção civil, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, observando-se as normas aplicáveis;
- adoção de práticas de controle de poeira, como umedecimento periódico de superfícies expostas durante as atividades que gerem particulados;
- utilização de equipamentos em bom estado de conservação, de forma a reduzir emissões sonoras excessivas e garantir maior eficiência operacional;
- execução das atividades de maior impacto sonoro preferencialmente em horários compatíveis com a dinâmica urbana da localidade;
- adoção de medidas para proteção da vegetação existente, priorizando a preservação de indivíduos arbóreos sempre que tecnicamente possível;





- realização de eventuais compensações ambientais ou reposições vegetais, caso haja necessidade de supressão de vegetação.

No que se refere à eficiência no uso de recursos naturais, a solução proposta deverá priorizar a utilização de materiais duráveis, sistemas construtivos adequados e tecnologias que contribuam para a redução do consumo de energia e de outros recursos ao longo da vida útil do espaço público.

Nesse sentido, poderão ser adotadas soluções como:

- implantação de sistemas de iluminação pública com tecnologia LED, caracterizados por maior eficiência energética e menor necessidade de manutenção;
- utilização de materiais de pavimentação e mobiliário urbano com maior durabilidade e resistência às condições climáticas locais;
- adoção de soluções de paisagismo que favoreçam a permeabilidade do solo e a valorização da vegetação local.

Quanto à logística reversa e reciclagem de materiais, sempre que tecnicamente viável, os resíduos gerados durante a execução da obra deverão ser encaminhados para processos de reaproveitamento ou reciclagem, especialmente no caso de materiais como concreto, metais e outros componentes passíveis de reutilização na cadeia produtiva da construção civil.

A adoção dessas medidas contribuirá para reduzir os impactos ambientais da intervenção, promover o uso racional de recursos naturais e assegurar que a execução da obra ocorra em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da solução proposta são limitados, temporários e plenamente mitigáveis, desde que observadas as boas práticas de engenharia, gestão ambiental e execução de obras públicas.

12.1. SÍNTESE IMPACTOS AMBIENTAIS X MEDIDAS MITIGADORAS

Impacto potencial	Medida mitigadora
Geração de resíduos de obra	Segregação e destinação adequada dos resíduos
Emissão de poeira	Umedecimento de superfícies e controle de particulados
Ruídos de equipamentos	Utilização de máquinas adequadas e controle de horários





Interferência em vegetação	Preservação e reposição vegetal quando necessário
Consumo de energia	Utilização de iluminação pública em LED

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução das obras de urbanização e reabilitação da área onde se localiza o farol e do espaço atualmente utilizado como praça pública, situada no distrito de Regência, no município de Linhares, mostra-se adequada, necessária e alinhada ao interesse público.

A análise da situação atual do local evidenciou a existência de limitações estruturais e funcionais no espaço utilizado pela população como área de convivência, bem como a necessidade de intervenções de engenharia voltadas à recuperação e valorização do farol e à implantação de infraestrutura urbana compatível com a utilização do espaço como praça pública.

Durante a elaboração deste estudo foram avaliadas diferentes alternativas de solução para atendimento da demanda identificada, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e urbanísticos. A partir dessas análises, verificou-se que a realização de intervenção de engenharia voltada à requalificação do espaço público constitui a alternativa mais adequada para promover melhorias duradouras nas condições de uso, acessibilidade, segurança e organização do ambiente urbano.

A solução proposta contempla a execução integrada de serviços de engenharia destinados à implantação da infraestrutura necessária ao funcionamento adequado do espaço público, incluindo pavimentação, iluminação, mobiliário urbano, paisagismo e demais elementos que contribuirão para a qualificação do ambiente e para a valorização da área.

Adicionalmente, a contratação mostra-se compatível com os objetivos institucionais da Administração Pública voltados à melhoria da infraestrutura urbana, ao fortalecimento dos espaços públicos de convivência social e à valorização do patrimônio urbano e paisagístico do município.

As análises realizadas também indicam que a solução proposta apresenta viabilidade técnica e econômica, além de possuir impactos ambientais controláveis e mitigáveis, desde que observadas as boas práticas de engenharia e gestão ambiental durante a execução da obra.





Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é adequada para atender à necessidade identificada, contribuindo para a melhoria das condições urbanísticas da localidade, para o fortalecimento das atividades de lazer e convivência social da população e para a valorização do espaço público.

Assim, este Estudo Técnico Preliminar manifesta-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação, recomendando o prosseguimento das etapas subsequentes de planejamento da contratação, com a elaboração dos projetos de engenharia, do Termo de Referência e dos demais documentos necessários à realização do procedimento licitatório, em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Diante das análises técnicas realizadas, conclui-se que a contratação proposta é tecnicamente viável, economicamente justificável e adequada ao atendimento da necessidade pública identificada, razão pela qual se recomenda o prosseguimento do processo de contratação.

Paulo Vinicius Pratte Rosa da Rocha
Assessor Técnico I
Matrícula 28557-01

Roberta Kelly Corrêa Rigo
Assessora Técnica I
Matrícula 24805-02

